

O PROCESSO CONSTRUTIVO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DA REGIÃO SUDESTE DO PARÁ: CAMPUS MARABÁ RURAL.

THE CONSTRUCTIVE PROCESS OF RURAL EDUCATION POLICY IN THE SOUTHEASTERN REGION OF PARÁ: MARABÁ RURAL CAMPUS.

Andreia do Nascimento Lima¹

Carlos Batista Sousa de Freitas²

Jerusa Ainõa Palheta de Souza Cardoso³

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar os processos de criação do Campus Marabá Rural (CRMB) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), localizado no assentamento 26 de março no município de Marabá, refletindo sobre a influência política da comunidade local na origem deste *Campus*. Para tal, utilizamos referenciais bibliográficos e documentais específicos que tratam do processo em estudo, substanciando também a análise dos eventos históricos desde o surgimento da escola agrotécnica de Marabá à criação CRMB e também, registramos uma breve caracterização do processo do 1º curso executado na instituição correlacionando a primeira experiência institucional do *Campus*. Os dados da pesquisa foram coletados por meio de livros, teses, dissertações, leis, revistas, jornais e documentos institucionais do CRMB. Isso possibilitou a apresentação do contexto histórico da conquista dessa instituição para educação do Campo e para os povos do campo, com longos e diversos processos organizativos e construtivos das pautas reivindicatórias levantadas pelos movimentos sociais na região Sudeste do Pará. Dessa forma, o CRMB tem um contexto histórico marcado por anos de lutas dos povos do campo e com grande influência de seus sujeitos, e se estende até os dias atuais, visando garantir educação pública e de qualidade aos povos do campo, com respeito aos seus saberes.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamento. Experiência. Política. *Campus* Marabá Rural.

1 Tecnóloga de Alimentos (UEPA), Bacharel em Administração Pública (UFPA), Especialista em Gestão da Segurança de Alimentos (SENAC), cursa mestrado em Educação pela UNESP. Atua como Técnica em Alimentos e Laticínios no Instituto Federal do Pará, Campus Marabá Rural. Email: andreia.lima@ifpa.edu.br

2 Licenciado em Educação do Campo (IFPA), Especialista em Gestão Escolar (FAEL), Mestrando em Educação (UNESP). Atua como Técnico em Agropecuária do Instituto Federal de Educação do Pará-Campus Marabá Rural. email: carlos.freitas@ifpa.edu.br.

3 Licenciada em Matemática (UFPA), Especialista em em Metodologia de Ensino de Matemática e Física (FAVENI), cursa mestrado em Educação pela UNESP. Atua como Assistente em Administração no Câmpus Marabá Rural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. e-mail: jerusa.souza@ifpa.edu.br

ABSTRACT: The present work aims to analyze the creation processes of the Marabá Rural Campus (CRMB) of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Pará (IFPA), located in the 26 de Março settlement in the municipality of Marabá, reflecting on the political influence of the local community in the origin of this Campus. To do so, we used specific bibliographic and documentary references that deal with the process under study, also substantiating the analysis of historical events from the emergence of the agrotechnical school of Marabá to the creation of CRMB, and we also provided a brief characterization of the process of the first course carried out at the institution, correlating the first institutional experience of the Campus. The research data were collected through books, theses, dissertations, laws, magazines, newspapers, and institutional documents of CRMB. This made it possible to present the historical context of the conquest of this institution for rural education and for the peoples of the countryside, with long and diverse organizational and constructive processes of the demands raised by social movements in the Southeast region of Pará. Thus, CRMB has a historical context marked by years of struggles of the peoples of the countryside and with great influence of its subjects, and it extends to the present day, aiming to guarantee public and quality education to the peoples of the countryside, with respect for their knowledge.

KEYWORDS: Settlement. Experience. Policy. Marabá Rural *Campus*.

INTRODUÇÃO

A escola é uma instituição social, inserida numa realidade a qual sofre influência e exerce influência. Não há como dissociar a escola da comunidade onde está localizada, uma vez que é afetada pela diversidade cultural, social, política, econômica e ambiental.

Quando se trata de educação do campo, é preciso evidenciar que o campo se caracteriza de forma diferente da cidade. Existe uma diversidade na forma de vida dos diferentes povos do campo, assim como nas necessidades no âmbito educacional, que precisam ser respeitadas e consideradas no oferecimento de uma educação pública e de qualidade. O acesso à educação do campo não se limita à construção de prédios; é necessário o diálogo entre os sujeitos e o respeito aos seus saberes e à sua cultura.

No Pará, cada mesorregião possui aspectos que diferem em sua cultura, população, economia, e outras características específicas, as quais devem ser considerados na construção de políticas públicas de educação para atender as especificidades de cada localidade. Em relação à educação do campo, a extensão do Estado abrange diversas dessas populações que possuem diferentes formas de vida.

Neste artigo, apresentaremos uma análise histórica da criação do Campus Marabá Rural (CRMB) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), uma importante conquista para a educação do campo do Sudeste Paraense. Os dados desse trabalho foram coletados através da pesquisa bibliográfica e documental. As fontes bibliográficas para a análise histórica foram obtidas por meio de livros, teses e dissertações com

temas do objeto de estudo sobre educação no Campo e movimentos sociais no sudeste Paraense e na região de Marabá de diferentes autores. Além disso, foi realizada pesquisa documental, em que foram obtidas, tratadas e analisadas informações e dados em documentos, tais como a Lei de criação da Escola Agrotécnica de Marabá nº 11.534, de 25 de outubro de 2007 (BRASIL, 2007), Lei de Criação do IFPA nº 11.892 de 30 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008) e os documentos inerentes ao Campus Marabá Rural do IFPA, sendo o Projeto Político Pedagógico do curso técnico em agropecuária integrado ao Ensino Médio, ênfase em agroecologia do ano 2009, Projeto Político Pedagógico (PPP) do ano 2010, o Jornal Ecocampo do Campus Marabá Rural do ano de 2010 e o Relatório de Gestão do ano de 2021, que fundamentaram a construção desse artigo.

Nesta análise histórica da criação do Campus Marabá Rural do IFPA, que com a sua missão de promover formação profissional, técnica e tecnológica humanizada em todos os níveis e modalidades, priorizando as populações do campo por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação, visando ao desenvolvimento econômico, social e ambiental da mesorregião Sudeste Paraense, e dialogando com os saberes tradicionais (IFPA, 2021) e com a visão de ser referência nacional na construção de conhecimentos e tecnologias voltadas para a promoção do desenvolvimento local e regional sustentável no campo, baseados nos princípios da agroecologia e da educação do campo (IFPA, 2021). O Campus Marabá Rural está localizado no assentamento 26 de março, em área rural a 25km da sede do município de Marabá, na PA-150 sentido Eldorado dos Carajás.

Para compreender melhor a importância da criação deste Campus para a comunidade do campo da região e a influência política da comunidade local na origem deste Campus. É importante destacar que a mesorregião do Sudeste do Paraense foi marcada por conflitos de disputa territorial, de um lado, camponeses e populações tradicionais e, de outro, grandes projetos de monocultivo e da mineração (IFPA, 2010). Conforme Projeto Político Pedagógico da Campus Rural de Marabá do IFPA (2010):

Na mesorregião do Sudeste paraense o território tem sido desigualmente disputado nas suas diversas dimensões. De um lado, camponeses e populações tradicionais e, de outro, grandes projetos do monocultivo e da mineração. Desta forma, a Campus Rural de Marabá entende sua prática inserida num contexto de conflitos entre perspectivas e políticas de desenvolvimento e assume papel de contribuir para a territorialização da produção e das políticas públicas da agricultura familiar camponesa, bem como de outros povos do campo, como indígenas, ribeirinhas, quilombolas etc., também confrontados, nas seus modos de existência, pelos grandes projetos presentes na região. Por isso, o CRMB se constitui como um mecanismo de política pública educacional para contemplar as demandas, os interesses, a diversidade e as especificidades desses povos do campo, inclusive dos cursos e currículos. (IFPA, 2010, p. 11).

Com a necessidade de políticas públicas de educação de qualidade para os jovens de comunidades do meio rural da mesorregião do Sudeste Paraense, o CRMB se constituiu em um projeto educacional para contemplar as demandas, os interesses, a diversidade e as especificidades desses povos do campo (IFPA, 2010).

Tanto a localização quanto a proposta pedagógica do Campus foram pensadas para atender a comunidade do campo dessa região. Sua origem é marcada por determinação e desafios para implantação de sua sede no meio rural, e em seu contexto histórico destaca-se a participação ativa desses povos.

No entanto, até a concretização do Campus Marabá Rural (CRMB) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), com sua grande relevância de promoção a Educação do Campo em diferentes níveis e modalidade, possui um extenso processo para sua criação e uma grande influência por diversos atores locais. Sendo marcada por longos anos de lutas, desafios e reflexões pelos Movimento Sociais do Campo. E anos de diálogos entre os povos do campo, movimento sociais, comunidade civil organizada e instituições públicas governamentais que compõe o território do sudeste paraense

Assim, o presente trabalho visa a apresentar uma análise dos processos de criação do Campus Marabá Rural (CRMB) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), localizado no assentamento 26 de março no município de Marabá na mesorregião do Sudeste Paraense, refletindo sobre a influência política da comunidade local na origem deste Campus.

Conhecer o contexto histórico da criação de uma Instituição de ensino é de suma importância para sua identificação, representação e relevância dentro da sociedade. Assim, apresentar esse contexto possibilita caracterizar seus os atores locais, contexto regional, cultural, momento histórico, contexto político e econômico, contexto social, seus aspectos pedagógicos, função social e outras características próprias de uma Instituição. Remetendo, assim, à compreensão de sua Missão, Visão, Princípios e todos os aspectos próprios de cada fase de sua existência.

Atualmente, o CRMB constitui-se como forma de assegurar o direito à escola aos povos do campo, ofertando cursos de diversos níveis, com a proposta que atende a perspectiva da educação do campo.

Realizar a análise histórica do processo de criação do CRMB é de suma importância para a concretização dessa instituição de ensino e reconhecimento da influência da comunidade local para acesso à educação pública de qualidade, sendo que a partir dos fatos históricos e situação

característicos do Sudeste Paraense possibilitou a consolidação dessa instituição, que atualmente é referência no ensino voltado aos povos do campo.

Para tal análise, utilizamos referenciais bibliográficos e documentais específicos que tratam do processo em estudo, substanciando também a análise dos eventos históricos que antecederam a criação do CRMB. Considerando que o CRMB é sucessor da então Escola Agrotécnica Federal de Marabá, autarquia federal criada pela Lei nº 11.534 de 25.10.2007. Ela, juntamente com a Escola Agrotécnica Federal de Castanhal e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará, através da Lei nº 11.892 de 29/12/2008, se integraram e passaram a constituir o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA, 2010).

Por fim, registramos uma breve caracterização do processo do primeiro curso executado na instituição, correlacionando a primeira experiência institucional do Campus, que foi o curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio, com ênfase em agroecologia. Esse curso é ofertado até dias de hoje apenas como curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio.

DO SURGIMENTO DA ESCOLA AGRO TÉCNICA DE MARABÁ À CRIAÇÃO CRMB: UM SONHO QUE SE CONCRETIZA.

A educação do campo se constitui na Região Sudeste do Pará, após longos anos de lutas, desafios e reflexões pelos Movimentos Sociais do Campo. Foram anos de diálogos entre os povos do campo, movimentos sociais, comunidade civil organizada e instituições públicas governamentais que compõem o território do sudeste paraense.

Neste sentido, para compreender a história da constituição do Campus Marabá Rural nesta região, faz-se necessário recorrer aos processos organizativos e construtivos das pautas reivindicatórias levantadas pelos movimentos sociais do campo desta região que antecedem ao CRMB.

Partindo deste pressuposto, vale ressaltar que as primeiras experiências de formação voltadas, especificamente, para agricultores e agricultoras se deram no final dos anos de 1980 através do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT). O CAT é uma instituição fruto de cooperação franco-brasileira e constituído pelo Laboratório Sócio Agrônomo Araguaia Tocantins¹ (LASAT) e Fundação Agrária do Tocantins Araguaia² (FATA), que tinha como objetivo desenvolver uma agricultura camponesa alicerçada no tripé da política ambiental-social-econômica (HEBETTI, 2000). A partir das primeiras experiências,

podemos dizer que a semente da Educação Campo foi plantada pelos povos do campo por meio do CAT.

A partir de então, a educação do campo começa a tomar formas, a se moldar, esboçando um projeto alicerçado a partir do diálogo com os povos do campo, aglutinando forças com outras instituições interessadas a lutar por uma educação de qualidade e transformadora (TAVARES, 2002).

Já no início dos anos de 1990 como fruto da parceria entre os movimentos sociais, universidade e o CAT, a pedagogia da alternância se inicia com a oferta de cursos de nível médio e fundamental técnico profissionalizante em duas regiões no estado, sudeste paraense e Região da Transamazônica a partir da Escola Família Agrícola (EFA) e Casa Familiar Rural (CFR) (RIBEIRO & MEDEIROS, 2005).

Partindo deste pressuposto, os precursores da educação do campo entendem a importância e a necessidade de ampliar e elevar ainda mais a proposta do projeto de educação do campo levando-o a outros patamares, conforme Tavares (2000, p. 63-67): “[...] as primeiras discussões sobre a necessidade da criação de uma escola que atendesse a classe camponesa surgiram em 1991 [...] com o objetivo de preparar novas militâncias para atuarem e darem continuidade ao movimento social.”

Naquele momento, a preocupação era criar estratégias educacionais visando fortalecer os Movimentos Sociais a partir da formação de novas lideranças e assim dar continuidade a luta por melhores condições de vida no campo.

A partir da criação do CAT no final dos anos 80 até o início dos anos 2000, muitas estratégias foram criadas pelos sujeitos do campo com o objetivo de proporcionar uma educação de qualidade aos trabalhadores camponeses, consolidando a Educação do Campo na região e, ao mesmo tempo que fortalece a luta pela terra. Neste sentido, uma das estratégias desenvolvidas foi a criação da Escola família Agrícola (EFA) no ano de 1996, a qual, ofertou o primeiro curso nos moldes da pedagogia da alternância para uma turma de ensino fundamental de 20 (vinte) alunos (MARINHO, 2016).

Marinho (2007, p. 16), ressalta ainda que as ações eram pensadas não apenas para os jovens, mas também para os agricultores e agricultoras em geral: “[...] desenvolvendo atividades de educação (com os jovens rurais) e formação (com os agricultores). Este acontecimento proporcionou um maior dinamismo e fortalecimento dos processos educativos na região.”

Em 2001, o convênio do CAT chegou ao fim, com isso, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) criada em 1996 pelos agricultores e agricultoras da região, assume o papel de protagonista

articulando as ações, mobilizando outros parceiros, visando uma ação mais organizada e estratégica no sentido de dar continuidade na consolidação da educação do campo e a disseminação das experiências (MARINHO, 2016).

Com as mobilizações feitas pela FETAGRI em busca de novas parcerias e recursos financeiros que viesse garantir o funcionamento de novas turmas, a EFA no período de 2003 a 2006 ofertou na modalidade de pedagogia da alternância, a primeira turma de ensino médio profissionalizante, estrategicamente, com os egressos da primeira turma do ensino fundamental de 1996 (EFA, 2004). O objetivo naquele momento era dar continuidade na formação dos agricultores egressos da primeira turma que já tinham experiências com a proposta da educação campo e pedagogia da alternância, além do mais, visava também diminuir a questão do êxodo rural na região que estava em ascensão e o fortalecimento da agricultura familiar camponesa (MARINHO, 2007).

Neste sentido, é importante ressaltar a relevância que o PRONERA teve como um instrumento de suporte financeiro para vários cursos ofertados pela Universidade Federal do Pará em parcerias com a FETAGRI e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desde os anos de 1990, a saber: curso de alfabetização, formações iniciais e Magistério, curso de Agronomia em 2004, Letras em 2005 e Pedagogia do Campo em 2006 (MARINHO, 2016).

Á medida que a Educação do Campo se consolidava, outras necessidades também surgiam. Até então, os cursos ofertados eram apoiados financeiramente por meio de projetos com parceiros e ou através do PRONERA, sendo assim, havia a necessidade de tornar este sonho em algo concreto, ou seja, era preciso que saíssem da condição de cursos de programas para cursos regulares.

Impulsionado pela crescente demanda de cursos de vários níveis e pela forte mobilização dos camponeses, foi estabelecido uma parceria importante com a Escola Agrotécnica Federal de Castanhal-PA, hoje Campus de Castanhal do IFPA, o que culminaria mais à frente na conquista do Campus Marabá Rural.

A parceria com a Escola Agrotécnica Federal de Castanhal-PA, tinha como principal finalidade garantir a certificação dos alunos e validação do curso Técnico Agrícola ofertado pela Escola Família Agrícola, conforme citado anteriormente (MARINHO, 2016).

Ainda neste processo de ampliação e conquistas, em 2005, criou-se o Fórum Regional de Educação do Campo (FREC), que tinha como objetivo articular as ações do projeto de Educação do Campo do

Sul e Sudeste do Pará. O FREC era composto pelas representações dos camponeses, instituições ligadas à Igreja Católica, instituições públicas de ensino (UNIFESSPA, IFPA, Secretarias Municipais de Educação) e extensão rural, conforme destacou Anjos, 2020, p.104).

Participaram da criação do Frec instituições, movimentos e entidades, dentre elas: CPT, FETAGRI - regional sudeste, MST, e técnicos de empresas de Assistência Técnica, docentes do *Campus* Universitário de Marabá, professores das Escolas do Campo de cinco municípios: Marabá, Jacundá, Rondon do Pará, Goianésia e Parauapebas e que atuaram em cursos do PRONERA (A criação da Escola Agrotécnica de Marabá, integrada ao IFPA - CRMB, docentes que atuavam nos cursos do PRONERA, foram aprovados e passaram a integrar o Fórum), dentre outros.

A escola agrotécnica federal de Marabá foi criada através da lei 11.534 de 25/10/2007 (BRASIL, 2007). Conjuntamente com a Escola Agrotécnica Federal de Castanhal, até então, a única que existia no estado, passaram a integrar a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica dos IF's, através da lei nº 11.892 de 29/12/2008 (BRASIL, 2008). A partir desta adesão a Escola Agrotécnica de Marabá passou a ser chamada de Campus Marabá Rural (CRMB).

O CRMB surge a partir das lutas mobilizadas pelos povos do campo da Região Sul e Sudeste do Pará: ribeirinhos, indígenas de várias etnias, quilombolas, assalariados rurais, assentados, quebradeiras de coco, extrativistas, entre outros. Foram anos de lutas para se chegar a esta conquista que é considerada como um dos maiores símbolos de conquista e resistência da luta dos povos do campo.

O Campus fica localizado no Assentamento 26 de Março do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), município de Marabá-PA. A área é fruto de mais uma das lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), depois de passarem por um período de 10 anos, acampados à beira da BR 155, aguardando a desapropriação da Fazenda Cabaceiras da família dos Mutrans.

É importante ressaltar que a referida fazenda foi desapropriada por ter cometido vários tipos de crimes, violando a função social da Terra previsto na Lei n. 8.629/93, entre eles, os de crimes ambientais, principalmente, por ter sido flagrada em situação de trabalho escravo (GOMES, 2021, p. 129).

Neste sentido, o CRMB chega como uma proposta que vem contrapor o projeto desenvolvimentista do agronegócio na região, visando o fortalecimento da agricultura familiar camponesa, por meio da formação técnica profissional dos povos do campo, bem como a formação

de professores para atuarem nas escolas do campo. Além disto, o Projeto Político Pedagógico (PPP) deixa claro a opção pela Agroecologia que defende a produção limpa de sem o uso de venenos, sem a destruição dos recursos naturais e comunidades tradicionais e das pequenas propriedades no campo.

A criação do Campus Marabá Rural tem proporcionado ganhos significativos para a academia, pois tem despertado em muitos professores, pesquisadores e alunos, o desejo de dar continuidade ao processo construtivo do projeto a partir de reflexões coletivas e ou individuais, o que tem culminado na produção e publicação de diversos materiais como livros, artigos científicos, patentes, entre outros.

De 2008 até 2022, houve inúmeras publicações que têm instigado a busca constante pela formação do sujeito crítico, uma formação pautada nos costumes regionais, mas também que leve em consideração os saberes dos povos do campo. Esses materiais têm contribuído significativamente para a organização curricular e do percurso formativo dos cursos ofertados e, conseqüentemente, para consolidação do projeto educação do campo na Região Sudeste do Pará.

No ano de 2015, as professoras Dra. Ma Suely Ferreira Gomes⁴ e Dra. Rosemeri Scalabrin⁵ organizaram e publicaram o livro LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E PESQUISA: turma Procampo/2009-2013-Campus Rural Marabá. O livro reúne vários trabalhos produzidos pelos alunos do curso de Licenciatura em Educação do Campo, como Trabalhos Acadêmicos de Conclusão de Curso (TAC) e artigos produzidos a partir de reflexões sobre a situação das escolas do campo.

Em 2016, o professor Dalcione Lima Marinho⁶ publicou, em formato de livro, a sua dissertação de Mestrado que tem como título “ROMPENDO AS CERCAS E CONSTRUINDO SABERES: a juventude na construção da educação profissional do campo no Sudeste do Pará. Neste livro, o professor se dedicou a estudar sobre a juventude camponesa do Sudeste do Pará e, principalmente, um estudo mais detalhado

1 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (PPGE/FE). Atualmente é professora efetiva de “Educação do Campo” do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará/Campus Rural de Marabá. CV : <http://lattes.cnpq.br/1662093255716179>

2 Pós-doutoramento em Estudos Curriculares pela Universidade do Minho Portugal. Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará e membro do Comitê Científico do IFPA e do Campus Rural de Marabá. CV: <http://lattes.cnpq.br/5879858352336875>

3 Mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares (IFPA/2015). Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. CV: <http://lattes.cnpq.br/2902773677688989>

sobre o percurso formativo do primeiro Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio ofertado pelo CRMB.

Em 2018, a professora Dra. Rosemeri Scalabrin publicou o livro intitulado “PEDAGOGIA FREIRIANA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO”: a experiência no polo Piçarras CRMB/IFPA”. O livro apresenta os resultados de pesquisas realizadas nos cursos de Pós-graduação em Educação do Campo sobre as práticas curriculares dos professores da rede municipal de Piçarra a luz da proposta curricular interdisciplinar via tema gerador de referência freiriana, desenvolvidas pelo Campus Rural de Marabá e a Secretaria Municipal de Educação por meio da parceria entre Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) e a Prefeitura Municipal de Piçarra (PMP).

Um outro aspecto importante são as contribuições dadas para o fortalecimento da agricultura familiar nos assentamentos da região. São vários os projetos de extensão e pesquisa que vêm sendo desenvolvidos pelos professores e técnicos do CRMB que visam apoiar e aprimorar as técnicas produtivas dos agricultores, tanto na linha de produção animal quanto na produção vegetal. Ainda neste viés, o Campus possui vários espaços de produção agrícola, como plantios e criações de animais, que fazem parte do cotidiano dos alunos da instituição. Esses espaços são denominados de Unidade de Integração, Ensino, Pesquisa e Extensão (UNIEPE) e têm como objetivo atender as demandas de aulas práticas dos cursos, o desenvolvimento de pesquisas e extensão rural. As UNIEPEs têm servido também como uma espécie de “vitrine” para os alunos e agricultores dos assentamentos, onde eles buscam replicar as técnicas aprendidas em suas propriedades ou encontrar formas de melhorar suas técnicas produtivas em seus lotes.

Um outro dado importante, segundo Gomes (2020), é que 60% dos egressos dos cursos técnicos conseguiram se estabelecer no campo, colocando em prática os aprendizados adquiridos ao longo dos três anos de Curso Técnico em Agropecuária. Desta forma, ao retornarem para suas propriedades, eles desenvolvem ou aprimoram seus projetos produtivos, gerando renda e alimentos cada vez mais saudáveis para o sustento de suas famílias.

Diante das organizações sociais fortalecidas e articuladas com a Universidade do Federal do Pará (UFPA), hoje Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), os povos dos campos conseguiram esboçar um projeto de educação coletivamente, pautado nas realidades deles. Assim, os caminhos trilhados os levaram, conforme quadro 1, a seguir, à conquistas consideradas de suma importância para a educação do campo na Região Sudeste do Pará.

Quadro 1 - Conquistas de grande relevância, período de 2008 a 2022.

Conquistas	Ano
Criação do IFPA-Campus Rural de Marabá	2008
Criação do Curso Regular de Licenciatura em Educação do Campo da UFPA	2009
Projeto PROCAMPO- Licenciatura em Educação do Campo- IFPA/CRMB	2009-2014
Especialização em Educação do Campo, Agricultura Familiar e Sustentabilidade na Amazônia CRMB/IFPA	2009
V Conferência Regional de Educação do Campo	2011
Criação do curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio para Populações Indígenas- IFPA-CRMB	2011
Criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	2013
Reativação da Escola Família Agrícola de Marabá	2014
Projeto de Curso de Graduação em Direito (PRONERA- parceria INCRA/ UNIFESSPA/MST)	2017
Criação regular do curso de Licenciatura em Educação do Campo e do Curso Tecnólogo em Agroecologia do IFPA-Campus Rural de Marabá	2016
Criação dos Polos do IFPA- Campus Rural de Marabá com nos municípios de Itupiranga, Jacundá, Marabá, Piçarras, Ipixuna do Pará, São João do Araguaia e São Geraldo do Araguaia.	2015-2022

Fonte: Gomes (2021, p. 142).

Conforme se vê, no quadro 1, anterior, acima, a educação do campo obteve muitos avanços importantes ao longo dos últimos anos. Logicamente, anterior a esse período de 2008 até 2022, muitas outras conquistas foram obtidas, mas a luta é constante, pois o projeto está sempre num processo contínuo de reflexão e construção, mas também de disputa com o projeto do agronegócio no contexto regional do sudeste paraense.

DISCUTINDO SOBRE O 1º CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO, ÊNFASE EM AGROECOLOGIA

A temática mais recorrente da educação demandada pela população do campo na região sudeste do Pará refere-se aos elementos técnico-profissionalizantes da agropecuária, desde antes da criação da Escola Agrotécnica de Marabá, até os dias atuais. Por isso, o primeiro curso oferecido pelo Campus Marabá Rural (CRMB) foi Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, com ênfase em agroecologia,

sendo ofertado até os dias atuais apenas como Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

A origem desse curso possui relação com as primeiras discussões sobre a necessidade de formação na região para jovens da agricultura familiar no nível médio profissionalizante, com destaque para as primeiras experiências no município ocorridas na Escola Família Agrícola (EFA) de Marabá, com uma turma no período de 2003 a 2006, e outra de 2006 a 2009, anunciando assim uma formação que mais tarde seria acolhida por uma outra instituição. As discussões sobre o curso no CRMB iniciaram no mesmo contexto e período em que ocorreu a criação da Escola Agrotécnica de Marabá, no ano de 2008.

A questão fundamental para a construção desse curso foi o acúmulo existente na região com o programa PRONERA⁷ desde o ano de 1999 e as experiências de educação do campo dos movimentos sociais (MARINHO 2016).

Na época, o curso foi proposto para atender jovens agricultores egressos da EFA de Marabá, Saberes da Terra⁸ de Xinguara e Marabá, e a juventude do Projeto de Assentamento (PA) 26 de Março. No entanto, segundo Marinho (2016), na prática menos de 20% do total de educandos foram oriundos dessas experiências. Isso não teve impacto negativo, já que a maioria dos educandos era composta por jovens do campo da região sudeste paraense, o que atendeu ao objetivo do curso descrito no Projeto Pedagógico do Curso (PPC):

Promover o Ensino Médio Integrado com Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia para assentados/as da reforma agrária, prioritariamente jovens, através de processos formativos integrados, articulando áreas de conhecimento, saberes popular e científico, formação humana e profissional, diferentes práticas, tempos e espaços pedagógicos visando contribuir para a sustentabilidade da Agricultura Familiar e Camponesa no sul e sudeste paraense, considerando as dimensões econômica, sociocultural, ambiental e político institucional. (IFPA, 2009, p. 18 e 19).

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do Curso Técnico em Agropecuária, o curso foi organizado e concebido em

4 O PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Este Programa é implementado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que financia projetos de educação, em diferentes níveis, para os assentados da reforma agrária, sendo realizado em parceria com Universidades e Movimentos Sociais, além do próprio INCRA.

5 Implementado em 2005, a ação que se denominava Saberes da Terra integrou-se dois anos depois ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), cuja gestão é da Secretaria Nacional de Juventude. O Projovem possui outras três modalidades, Adolescente, Trabalhador e Urbano. O Projovem Campo - Saberes da Terra oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental.

parceria com o Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará⁶(FREC), a Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio da Faculdade de Ciências Agrárias, Educação e Letras, e financiado com recurso do PRONERA, através da Superintendência Regional do Sul do Pará(INCRA SR-27), todos com atribuições e responsabilidades definidas no referido PPC (IFPA, 2009).

Diante do processo de organização da parceria da instituição com diversos atores sociais para a construção de uma proposta pedagógica, pode se observar que esse processo se deu repleto de concepções políticas que, naquele momento histórico, não se tinha como fugir, dada a necessidade de transformação na vida daqueles sujeitos, assim como observado por Marinho (2016) na pesquisa com grupo focal de educandos dessa turma que visualizaram que, além de uma formação pedagógica curricular para os sujeitos do campo, também era essencial uma formação política para conscientização dos jovens.

A ação coletiva dos movimentos sociais e as instituições federais já citadas na construção desse curso e do CRMB se tornou uma política pública para a agricultura familiar, considerando a expectativa do curso e do Campus em formar jovens que permaneçam em suas propriedades rurais, gerando desenvolvimento sustentável na região e permitindo a transformação social da realidade em que esses sujeitos estão inseridos.

Vale destacar que a implantação do primeiro curso dessa instituição aconteceu antes da instalação da infraestrutura do Campus. Apesar da falta de infraestrutura, as aulas aconteceram através de muita articulação política e parcerias com a Fundação Cabanagem, o Centro de Formação Florestan Fernandes e o MST (GOMES, 2021).

No sentido pedagógico, o 1º Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, com ênfase em agroecologia, assim como todos os cursos do CRMB, possui como referência a pedagogia da alternância, que envolve muito mais que um método, e sim uma prática pedagógica que abarca a sociedade por meio do estabelecimento de relações com as comunidades nas quais cada discente está inserido.

Partindo da experiência da Escola Família Agrícola de Marabá e da proposta da pedagogia da alternância, a proposta de itinerário formativo

6 O Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará organizou-se como uma rede institucional de discussão sobre políticas públicas que atendam às demandas dos povos do campo a partir das seguintes instituições : Movimento dos Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura/ Regional Sudeste do Pará (FETAGRI), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Laboratório Sócio Agrônomo do Araguaia-Tocantins (LASAT), Cooperativa de Prestação de Serviços de Ates (COPSERVIÇOS), Secretaria Municipal de Educação de Marabá (SEMED), dentre outros

do curso em questão apresentou alternância pedagógica¹⁰ como elemento formativo que se daria a partir da alternância de tempos-espços educativos, que consiste no processo de alternar, articular e integrar diferentes momentos e atividades de formação na própria escola (atividades de estudo, oficinas pedagógicas, sessões de vídeo, palestras, visitas, experimentação agrícola, festejos, lazer, etc.) e nas comunidades (experimentações, diagnósticos, estágios, leituras, etc.): o Tempo-Espaço Comunidade caracterizado por ser o momento de pesquisa, experimentação e ressignificação dos conteúdos escolares e dos saberes-práticas próprios dos agricultores familiares, com proposta de ocorrer no lote da família do discente, na comunidade a que pertence esse aluno, e o Tempo-Espaço Escola em formato de semi-internato nas dependências do CRMB (IFPA, 2009).

A alternância pedagógica estabelecida no curso permite aos educandos visualizarem a importância da autonomia na construção do conhecimento, tendo a pesquisa diretamente em seus lotes como princípio educativo e, partindo dessa premissa, a possibilidade de desenvolver uma investigação da realidade, dos problemas do ambiente em que vivem, suas relações sociais e de produção. No momento em que retornam para a escola, a sistematização e socialização das ações realizadas na comunidade permitem o contato com diferentes realidades vivenciadas nas distintas comunidades rurais (MARINHO, 2016).

O curso foi construído na perspectiva de um currículo integrado que contemplasse o cotidiano dos povos do campo, inserindo os tempos e as práticas escolares conforme o tempo, modo de vida, cultura, saberes e demandas da realidade camponesa. Assim, a composição curricular se constituiu em três partes: Base Nacional Comum, Parte Diversificada e Parte Técnico-Profissionalizante. Onde a carga horária de atividades se dividia em: sessão escola e sessão família. As sessões escola correspondiam a 70% da carga horária total da formação, enquanto as sessões família correspondiam a 30% (IFPA, 2009).

As atividades letivas do curso iniciaram no mês de outubro do ano de 2009, contando com a participação de dez educadores, sendo que, deste total, um possuía cargo comissionado e os outros nove foram

⁷ A alternância de tempos e espaços tem sido vista como uma forma de enfrentar, na organização do currículo, a articulação entre teoria e prática e o envolvimento dos próprios estudantes como responsáveis pela sua formação. Não se trata de alternar ou de buscar integrar tempos e espaços de teoria e de prática, ou mesmo de aprendizados diferenciados que podem ser complementares na formação. A integração aqui, que deve ser cuidadosamente pensada, precisa garantir a articulação entre as práticas e as discussões teóricas destas mesmas práticas, em ambos os tempos e espaços. Pensando no objetivo da formação profissional, a alternância a ser garantida é aquela entre períodos ou situações de trabalho escolares, no sentido de criadas pelo curso, ou seja, práticas de campo, estágios, situações de trabalho real, da inserção dos estudantes em processos de trabalho que existem e os envolvem independentemente do curso, mas que o curso pode potencializar na formação, através do seu acompanhamento e pela formalização ou reflexão sobre os conhecimentos ali produzidos (CALDART, 2010, 96).

contratados como professores substitutos, pois não havia a disponibilidade de código de vaga para professores efetivos, devido à sede do Campus ainda se encontrar na fase inicial de construção. Essa situação permaneceu por um ano, quando houve aprovação em concurso público de 21 docentes e 29 técnico-administrativos, e durante a execução do curso o quadro de servidores foi se ampliando, tornando-se bastante comum também a rotatividade, efetivando participação de 34 docentes (MARINHO, 2016).

Em relação aos docentes que atuaram no curso, Gomes (2021) aponta que os primeiros professores foram inseridos no Campus nos momentos iniciais de diagnóstico da área e visita ao Projeto de Assentamento 26 de Março para conhecê-lo melhor e organizar os planejamentos coletivos, e isso se deu a partir de diversas atividades realizadas pelos profissionais do Campus na perspectiva de conhecer a realidade, analisá-la, e pesquisar sobre ela a fim de construir um planejamento a ser desenvolvido no Tempo Escola e no Tempo Comunidade, pensando, inclusive, na inserção das turmas nos espaços ainda em construção.

Sobre o perfil dos professores, Marinho (2016) aborda que houve uma relação equilibrada de 51% de docentes do sexo feminino e 49% do sexo masculino, uma novidade, levando em consideração ser um curso da área das ciências agrárias onde normalmente há um predomínio de homens.

Outra característica interessante foi em relação à faixa etária dos servidores (docentes e técnico-administrativos), em que o estudo de Marinho (2016) revelou a predominância de jovens, onde 80% possuíam menos de 40 anos.

O percurso formativo do curso foi compreendido e efetivado em três ciclos que não coincidiam necessariamente com o calendário anual, visto que o primeiro ciclo tinha o objetivo de analisar as características socioculturais, econômicas e agroambientais do cotidiano da agricultura familiar, tendo como foco “Diagnóstico sociocultural e agroambiental do CRMB e da PA 26 de Março”, ocorreria em um ano, enquanto o segundo ciclo, com foco nos “Sistemas de produção e experimentação”, teria duração de um ano e seis meses com o intuito de elaborar propostas de gestão e manejo de atividades produtivas experimentais junto com as famílias da PA 26 de Março e no Campus, visando à sustentabilidade econômica, social e ambiental. Já o terceiro ciclo, seria concluído em seis meses como foco “Desenvolvimento territorial no campo e a função mediadora da assessoria técnica, social e ambiental (ATES),” (IFPA, 2009).

Para Gomes (2021) é de fundamental importância considerar no percurso formativo que existe uma dinâmica na organização do trabalho familiar no campo e segue o “ano agrícola”, e não o calendário civil, e o

projeto político pedagógico do curso considerar isso é de extrema relevância para uma integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Também considerando o percurso formativo do curso, em entrevista com grupo focal de egressos desse curso, Marinho (2016) aponta como positivo o percurso formativo integrado entre os ciclos, visto que o final de cada ciclo resulta em um produto, sendo que no primeiro ciclo obtém-se um diagnóstico, e no segundo um projeto, e no terceiro a implementação da intervenção no lote.

Através da proposta do PPC de formação profissional, tecnológica e humana, foram estabelecidos os seguintes princípios pedagógicos: Interdisciplinaridade; diálogo de saberes; a pesquisa como princípio educativo e o trabalho como princípio educativo:

- i. Desenvolver uma formação escolar contextualizada, pautada pelo princípio da indissociabilidade teoria-prática, assegurando o diálogo entre os saberes científicos e populares e a (re)construção contínua do conhecimento;
- ii. Estimular educadores e educandos para a realização de atividades pedagógicas voltadas à problematização, pesquisa e estudo interdisciplinar sobre a realidade local, regional, nacional e mundial, focando os agroecossistemas da agricultura familiar e camponesa, suas demandas, desafios e possibilidades;
- iii. Incorporar a diversidade cultural como elemento educativo e provocar a vivência de novas práticas e valores de solidariedade, cooperação e justiça;
- iv. Provocar educandos e educadores a se assumirem como sujeitos de conhecimento no exercício da participação ativa, dinâmica e autônoma no processo pedagógico e na vida política e cultural da escola e de suas comunidades;
- v. Subsidiar a intervenção coletiva e sistemática sobre a realidade e a construção de propostas de ação técnico-profissional voltadas à transformação social e melhoria das condições de vida dos sujeitos aprendentes e dos povos do campo. (IFPA, 2009, p. 24).

De acordo com Marinho (2016), a interdisciplinaridade no curso funciona como a articulação entre o conhecimento científico e os saberes populares com estabelecimento de diálogos, e o diálogo de saberes como caminho incondicional para a ressignificação das práticas educativas, possibilitando a compreensão da realidade dos educandos no contexto social, de modo que a transformação social possa ser também um ato educativo.

Segundo Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a meta do curso era formar 90 Técnicos em Agropecuária na perspectiva da agroecologia, assentados/as da Reforma Agrária do Sudeste do Pará para atuar como agentes de desenvolvimento local, através das suas comunidades, na Assessoria Técnica e Social Ambiental (ATES), contribuindo para a (re)

criação da matriz tecnológica da agricultura nas áreas de reforma agrária da região (IFPA, 2009). Contudo o número de educandos matriculados que cursaram mais de um semestre foi de 85, residentes em 17 municípios das regiões sul e sudeste do Pará, de 44 comunidades rurais, sendo que a maioria das comunidades possuía apenas um educando (MARINHO, 2016).

A abrangência geográfica do curso ao mesmo tempo que permite uma diversidade de experiências dos educandos do campo, proporciona também diversos desafios inerentes a um percurso formativo onde os educandos precisam de acompanhamento nas comunidades, e a distância entre eles e as condições de acesso a essas comunidades na região são desfavoráveis.

Ainda sobre o perfil dos educandos, Marinho (2016) discorre que 79% eram do sexo masculino, ou seja, uma predominância de homens no curso. Que 45% possuíam faixa etária de 18 a 20 anos, representando um público de jovens conforme se esperava no planejamento de construção do curso.

O projeto de implantação desse curso tinha como proposta de avaliação espaços denominados “seminários pedagógicos do projeto”, com objetivo de avaliar o processo formativo dos/as educandos/as, reafirmar ou propor novas diretrizes e estratégias metodológicas e acompanhar o trabalho dos/as educadores/as, constituindo-se num fórum de debate do curso, visando o alcance dos objetivos e das metas do projeto (IFPA, 2009). Essa inserção, de acordo com Gomes (2021), ocorreu com diversos momentos de formação nessa primeira turma do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, em 2009, quando o coletivo composto dos representantes dos movimentos sociais do campo desenvolvia atividades com a turma por meio de seminários, reuniões, oficinas e assembleias planejadas juntamente com a coordenação pedagógica do curso.

No tocante quanto ao perfil dos egressos desse curso, a proposta do PPC desde o início, já que foi um curso voltado para assentados da reforma agrária do sudeste do Pará, era de formar profissionais capazes de retornar para sua comunidade/localidade e contribuir na construção coletiva, pautada nos princípios da educação do campo e agroecologia, considerando suas especificidades tanto culturais, quanto humanas e de produção, com uma formação de pensamento político versado na leitura crítica da realidade da agricultura familiar camponesa, mobilizando o seu meio para uma transformação social. Isso foi trabalhado a partir de ações extensionistas dentro dos tempos comunidades durante o curso e é acompanhado atualmente pelo Comitê Gestor Interno de Atendimento aos Egressos (CGIPE) do CRMB.

Vale ressaltar que desde a conclusão dessa turma, temos pesquisas com esses egressos de servidores e membros externos da comunidade acadêmica, como de Gomes (2021), que destacou como fundamental o fato de 82% dos egressos residirem no campo (assentamentos, acampamentos e vilas/comunidades rurais). Trabalhos como de Marinho (2016), que em entrevista com os egressos, descreve a relevância da formação vivenciada, na perspectiva de inserção no mundo do trabalho, e que gerou livro consultado durante aulas das turmas posteriores.

A experiência da primeira turma do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, com ênfase em agroecologia, trouxe a comunidade regional um marco da juventude camponesa na construção de uma educação profissional do/no campo e foi o ponto de partida para os avanços do CRMB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos referenciais bibliográficos e documentais específicos que tratam do processo em estudo da criação do Campus Marabá Rural (CRMB) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), apresentamos o contexto histórico que envolve sua origem e a influência política da comunidade local na origem deste Campus.

Ao analisar o contexto histórico do Campus Rural de Marabá, podemos refletir sobre a influência política comunidade local na origem deste Campus, sendo fruto de uma conquista para educação do campo e para os povos do campo, que iniciou bem antes da sua concretização de sua sede definitiva, no ano de 2011, se estendeu por um longo e diversos processos organizativos e construtivos das pautas reivindicatórias levantadas pelos movimentos sociais.

Em seu contexto histórico, iniciado além do Sudeste Paraense, com primeiras experiências de formação voltadas especificamente para povo do campo no final de 1980 através do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), com formação voltadas especificamente para agricultores e agricultoras.

Tendo um longo percurso até a consolidação da educação no campo no sudeste paraense, a Escola Família Agrícola (EFA) é fruto da parceria entre os movimentos sociais, as universidades e o CAT. No ano de 2001, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) garantiu o funcionamento da EFA. Temos também, como parte desse contexto histórico, a Universidade Federal do Pará em parcerias com a FETAGRI e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que oferece suporte financeiro para garantia de diversos cursos.

Posteriormente, com a crescente demanda de cursos e mobilização dos camponeses para concretização da educação do campo, estabeleceu-se uma parceria com Escola Agrotécnica Federal de Castanhal-PA, hoje Campus de Castanhal do IFPA. No processo de ampliação dessa conquista, foi criado o Fórum Regional de Educação do Campo (FREC), composto pelas representações dos camponeses, instituições ligadas à Igreja Católica, instituições públicas de ensino (UNIFESSPA, IFPA, Secretarias Municipais de Educação) e extensão rural. Até então se criou a escola agrotécnica federal de Marabá, em 2007, e posteriormente passou a integrar a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica do IFPA, através da lei nº 11.892 de 29/12./2008. A partir desta adesão Escola Agrotécnica de Marabá passou a ser chamada de Campus Marabá Rural (CRMB), fazendo parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA.

É evidente a grande influência dos Movimentos Sociais do campo no processo histórico da criação do CRMB. Durante anos, houve diálogos entre os povos do campo, movimento sociais, comunidade civil organizada e instituições públicas governamentais que compõe o território do sudeste paraense. Esses diálogos foram essenciais para que pudesse ser concretizada a oportunidade de jovens e adultos do campo terem acesso à educação que considerasse a diversidade e as especificidades culturais, ambientais, sociais e econômicas dessas populações.

Foram anos de lutas para se chegar a esta conquista, que é considerada como um dos maiores símbolos de conquista e resistência da luta dos povos do campo. Assim, desde a sua criação, o Campus Rural de Marabá que pretende ser referência de experimentação de tecnologias agroecológicas e contribuir com a elaboração e a implementação de políticas públicas de Educação do Campo, a partir das discussões no ensino, pesquisa e extensão com os povos do campo.

Como parte integrante do processo histórico, apresentamos uma discussão sobre o primeiro técnico em agropecuária integrado ao ensino médio, com ênfase em agroecologia, que teve sua construção no ano de 2009. A temática mais recorrente da educação demandada pela população do campo na região sudeste do Pará refere-se aos elementos técnico-profissionalizantes da agropecuária. Nessa discussão, apresentamos diversos atores sociais para a construção de uma proposta pedagógica do curso. Destacamos a importância da ação coletiva dos movimentos sociais e das instituições federais que influenciaram na construção do curso e do CRMB, que tomaram proporções de políticas públicas para a agricultura familiar.

O Campus Rural de Marabá do IFPA permanece, atualmente, em sua localização original na zona rural de Marabá, ocupando uma área de 354 hectares. O espaço conta com diversos prédios, incluindo salas de aula, alojamentos, salas administrativas, bosques, unidades de produção, refeitório, laboratórios e outros espaços que permitem o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão para as populações do campo. O campus se destaca por oferecer educação pública e de qualidade em diversos níveis, incluindo cursos Técnico Integrado, Técnico Subsequente, Tecnólogo, Licenciatura, Cursos Técnicos Integrados para o público da Educação de Jovens e Adultos, Formação Inicial Continuada (FIC), Especialização e Capacitação de curta duração, com alcance em 14 municípios do Pará. Todos os cursos são baseados em uma proposta pedagógica que leva em consideração as especificidades culturais, ambientais, sociais e econômicas das populações do campo.

Assim, o contexto histórico do CRMB é marcado por anos de lutas dos povos do campo e teve grande influência dos sujeitos envolvidos na sua construção. Até os dias atuais, o campus busca garantir a educação do campo, com respeito aos saberes das populações locais.

REFERÊNCIAS

ANJOS, M. P. dos. Institucionalização da Licenciatura em Educação do Campo na UNIFESSPA: avanços e contradições, Brasília, 2020, p. 330.

BRASIL. Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

CALDART, R. S. Educação profissional no contexto das áreas de reforma agrária: subsídios para discussão de diretrizes político-pedagógicas para os cursos do PRONERA. In: MOLINA, Monica Castagna; JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo de (Org). **Memória e História do PRONERA: contribuições para a educação do campo no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA. Relatório de Atividade do ano de 2003. Marabá-PA, 2004.

IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. *Campus Rural de Marabá*. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Projeto Pedagógico do Curso de Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio**. Marabá, PA, 2009.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Campus Marabá Rural**. Marabá, PA, 2010.

_____. **Jornal Ecocampo do Campus Marabá Rural**. Marabá, PA, 2010.

_____. **Relatório de Gestão do Campus Marabá Rural**. Marabá, PA, 2021.

GOMES, M. S. F. **Território Camponês do Sudeste do Pará: a construção da educação do campo.** Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás/GO. 2021, p. 435.

HÉBETTE, J.; NAVEGANTES, R. CAT- Ano Décimo: etnografia de uma utopia. Belém: Edufpa, 2000.

MARINHO, D. L. Entre Ideologias e Utopias: As expectativas dos Jovens do campo quanto o seu ingresso na Escola Família Agrícola de Marabá. Marabá, UFPA/Residência Agrária, 2007.

_____. **Rompendo Cercas e Construindo Saberes:** a juventude na construção da educação profissional do campo no sudeste do Pará. Recife: Imprime, 2016.

RIBEIRO B.; MEDEIROS. E. Articulação de tempos-espacos e saberes na proposta de formação de jovens camponeses no sudeste do Pará. 2005.

TAVARES, R. M. **A Escola Família Agrícola (EFA) do Município de Marabá - PA:** análise de um projeto educativo para o meio rural. Dissertação de Mestrado. Universidade da Amazônia – UNAMA. Belém, 2002.

